

Infraestruturas, plataformas e “coisas” da deliberação pública: contribuições teórico-mediais aos estudos de democracia deliberativa

Infrastructures, platforms and things of public deliberation: media-theoretical contributions to deliberative democracy studies

REVISTA
com política

Revista Compolítica

Ano 2023, v.13, n.2

<https://revista.compolitica.org/>

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2023.13.2.669

Mauricio Liesen

Universidade Tuiuti do Paraná

[*University Tuiuti do Paraná*]

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar os conceitos de objeto/artefato político, plataforma, meio e infraestrutura, sob uma perspectiva das teorias da mídia e com o intuito de contribuir para uma reflexão político-comunicacional sobre espaços deliberativos. De caráter teórico e ensaístico, a intenção é dialogar com estudos contemporâneos que se voltam à “coisa” pública em um sentido mais radical, ou seja, ao res da res publica: aos objetos, (infra)estruturas e materiais que possibilitam a existência de um espaço de visibilidade que pode ser descrito, de maneira cursiva, como “público”. Espera-se, assim, contribuir para o esboço de uma área investigativa capaz de atuar na encruzilhada entre as teorias dos meios e os estudos de democracia deliberativa, cuja relevância pode ser encontrada em fundamentar teoricamente um deslocamento do interesse das pesquisas do “que” é deliberado para o “como” se delibera, ou seja, uma passagem do discurso para os meios (media) de deliberação.

Palavras-chave: Teorias dos meios; Estudos de deliberação; Materialidades da comunicação.

Abstract

The objective of this work is to present the concepts of political object/artifact, platform, medium, and infrastructure, from the perspective of media theories to contribute to a political-communicational reflection on deliberative spaces. With a theoretical and essayistic character, the intention is to dialogue with contemporary studies that turn to the public “thing” in a more radical sense, that is, to the res of the res publica: to the objects, (infra)structures, and materials that make possible the existence of a space of visibility described, cursively, as “public”. It hopes, therefore, to contribute to the outline of an investigative field capable of operating at the crossroads between media theories and deliberative democracy studies, whose relevance can be found in theoretically substantiating a shift in the interest of research from “what” is deliberate for the “how” one deliberates, that is, a passage from the discourse to the media of deliberation.

Keywords: Media theories; Deliberation studies; Materialities of communication.

Infraestruturas, plataformas e “coisas” da deliberação pública: contribuições teórico-mediais aos estudos de democracia deliberativa

Mauricio LIESEN

Em 2016, a agência holandesa de arquitetura XML publicou um estudo comparativo sobre as disposições arquitetônicas dos plenários parlamentares entre todos os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU)¹. Em suas quase quinhentas páginas de documentação (majoritariamente) imagética e iconográfica, o livro problematiza a estrutura dos espaços institucionalizados da performance legislativa mundial, com base em uma tipologia que distribui as salas de assembleia em cinco modelos: circular; semicircular; com bancos opositores; em formato de ferradura; e disposto como uma sala de aula tradicional.

O último tipo é recorrente em regimes autoritários, sendo adotado, por exemplo, em parlamentos na Coreia do Norte, na Rússia e na China². Isso não causa tanta surpresa, já que essa conformação reitera o modo centralizado de atenção e poder (daquele que está na frente de todos). Um professor até poderia inverter o modelo, interrompendo seu monólogo para o acolhimento de outras vozes no grupo, mas em uma sala tradicional ele ainda permaneceria como a figura central de mediação e decisão. Curiosamente (ou não), a Câmara dos Deputados em Brasília (DF) também figura no livro como integrante do malfadado grupo de parlamentos com um plenário escolar. Mesmo com fileiras levemente encurvadas, o projeto do arquiteto Oscar Niemeyer reitera o estilo de uma sala de aula tradicional, com as cadeiras rigidamente direcionadas para frente.

Modernamente composto por representantes que foram eleitos por cidadãos de Estados constitucionais, os parlamentos são, grosso modo, o palco dos processos políticos de tomada de

¹ Agradeço a Pedro Pimentel pela referência ao livro. Uma síntese da documentação apresentada na obra pode ser acessada em www.parliamentbook.com. A *WIRED* também publicou uma matéria em ocasião do lançamento do livro (Rhodes, 2016).

² Na outra ponta do espectro político, o livro apresenta a configuração circular como sendo arquitetonicamente a mais democrática — muito embora (ou, talvez, por isso mesmo) esteja em um número extremamente reduzido de parlamentos. Um exemplo é o da câmara estadual da Renânia do Norte-Vestfália, na Alemanha. A maioria dos espaços parlamentares de assembleia em países democráticos segue o modelo semicircular: ao mesmo tempo em que centraliza a atenção para o orador da vez, esse modelo seria capaz de oferecer um senso mais igualitário entre a audiência. O modelo de bancos opositores é frequentemente empregado no sistema Westminster (por exemplo, na Inglaterra, no Canadá e na Índia), e coloca frente a frente os parlamentares de situação e de oposição (o que favoreceria um debate mais acalorado). Por fim, o modelo de ferradura seria um intermediário entre o semicircular e o de bancos opostos (como o da África do Sul).

decisão vinculativa. Do francês antigo, *parliament*, que significa discussão³, eles são locais privilegiados para a apresentação de argumentos e o confronto de perspectivas. Por esse motivo, também são definidos como assembleias deliberativas⁴. A classificação estrutural dos plenários apresentada no livro *Parliament* (XML, 2016) pode ser interpretada como uma apresentação ilustrada da tese de que a arquitetura é, acima de tudo, organização espacial, ou seja, uma disposição no espaço que, inevitavelmente, distribui de forma hierárquica. Assim, enquanto projeto arquitetônico, um parlamento não seria apenas o local institucionalizado onde as políticas legislativas e (em alguns casos) executivas ocorrem, mas também o lugar que dá forma a essas práticas. As relações parlamentares entre os agentes políticos seriam, de acordo com essa perspectiva, *condicionadas* (e isso não significa dizer que são determinadas, como em um modelo “causa-efeito”) pelos próprios espaços de deliberação. Levar isso em consideração também significa assumir que a arquitetura nunca é neutra, pois ela seria responsável pela “com-posição” (ordenamento conjunto/colocação de elementos em um espaço compartilhado) das formas e das possibilidades de ação.

O exemplo acima, ao reivindicar um papel decisivo para a arquitetura nas práticas da política institucional, dirige a atenção para o fato de que os espaços de assembleia deliberativas (formais ou informais) não são apenas discursivos. Qualquer disposição de argumentos e contra-argumentos também implica uma disposição material dependente de “coisas”, infraestruturas e projetos específicos de organização. Por sua vez, “coisas”, infraestruturas e estruturas espaciais podem produzir um efeito medial e performativo. Isso não significa apenas que elas convidam certas ações e padrões de percepção na mesma medida em que inibem outros, mas também que suas características distributivas podem até mesmo estabelecer e sedimentar novas ações, que não seriam consideradas fora dos seus ordenamentos.

Os assuntos que devem ser debatidos ou deliberados, as possibilidades e os modos de participação, as maneiras como determinado tema é discutido, a forma como (ou mesmo se) as pessoas se reúnem, os locais e as frequências das assembleias, as possibilidades de tomada de decisão, de transformações

³ Outra referência etimológica do termo é o verbo *falar* (*parler*) do francês moderno (Parlament, [2024]).

⁴ A expressão é usada pelo menos desde 1774, quando o filósofo e político irlandês Edmund Burke empregou-a para definir o conceito de parlamento em um discurso em Bristol: “O parlamento não é um *congresso* de embaixadores de interesses diferentes e hostis; [...] mas o parlamento é uma assembleia *deliberativa* de *uma* nação, com *um* interesse, o do todo; onde, nem propósitos locais, nem preconceitos locais, deveriam ser o guia, mas o bem geral, resultante da razão geral do todo” (Burke, 1857, p. 447, grifos no original). Enquanto gênero discursivo, ao menos desde Aristóteles (Reboul, 2004, p 47) a deliberação já tinha a assembleia como seu tipo ideal de auditório. A propósito, a origem etimológica do termo deliberação em português vem do latim *delibro*, que significa literalmente “eu peso” (o substantivo *libra* significa balança).

práticas ou mesmo de apropriações públicas e/ou privadas: esses e outros fatores também dependem de tessituras materiais e mediais que abrem ou fecham determinadas opções de ação, percepção e comunicação.

Pelo menos desde a década de 1990, diversos trabalhos em comunicação e política vêm se dedicando ao fenômeno da deliberação nas democracias contemporâneas⁵, tanto em seus aspectos regulatórios e normativos, para a instauração de um consenso ou conflito agonístico, quanto em seus aspectos empíricos e propositivos, para a transformação dos processos e espaços deliberativos. Sob o guarda-chuva temático “estudos de deliberação” ou “democracia deliberativa”, essas pesquisas inauguram um novo paradigma para a análise de diversas práticas comunicacionais contemporâneas, não apenas formais, no sentido restrito de uma política institucional, mas particularmente em suas manifestações informais. Por exemplo, estudos sobre: as relações entre a opinião pública e a constituição de políticas públicas; a formação de movimentos da sociedade civil e sua influência nas tomadas de decisão políticas; ou o surgimento de contrapúblicos e das possibilidades de participação política.

Marcados por uma pluralidade de referências, temas e abordagens que se desdobram em, pelo menos, quatro agendas de pesquisa ou gerações⁶, os estudos de deliberação escapam à uma unidade teórica (Elstub; Ercan; Mendonça, 2016, p. 141), mas não a um pressuposto comum. Por mais que o modelo dialógico consensual e presencial nos moldes da ética do discurso (Apel, 1996; Habermas, 1992; Seiler, 2014) tenha sido transformado (e até superado) para dar conta de interações mediadas, de fenômenos conversacionais cotidianos (Conover; Miller, 2018; Eveland; Morey; Hutchens, 2011; Kim; Kim, 2008), ou mesmo de sistemas deliberativos⁷ que escapam à lógica da troca racional de

⁵ Para uma abordagem mais ampla sobre a noção de democracia deliberativa cf. Bächtiger *et al.* (2018), Bohman (2000) e Dryzek (2000). Para uma visão geral sobre estudos de comunicação e deliberação, cf. Maia (2009).

⁶ Stephen Elstub, Selen Ercan e Ricardo Fabrino Mendonça (2016) classificam os estudos deliberativos em quatro gerações: durante a década de 1990, a primeira fase é marcada pela sedimentação da filosofia de Jürgen Habermas para uma abordagem normativa da comunicação política deliberativa. A segunda fase é caracterizada por uma crítica a Habermas, buscando ampliar seu arcabouço teórico a uma pluralização de públicos. Já a terceira fase assinala o avanço de estudos empíricos e propositivos. Por fim, na quarta geração, surge a noção de sistemas deliberativos, ampliando o instrumental empírico-conceitual dos estudos de deliberação para além de encontros presenciais e do diálogo, dando conta, assim, de fenômenos deliberativos mais complexos e descentralizados.

⁷ A ideia de um sistema deliberativo foi introduzida por Mansbridge (1999) e ganhou força nas décadas seguintes (Parkinson; Mansbridge, 2012). De acordo com essa perspectiva, deve-se buscar uma compreensão de como os vários locais e tipos de deliberação são permitidos e limitados por seus ambientes, ou seja, de como eles interagem com instituições estabelecidas. Contudo, de maneira geral, o seu modelo de investigação ainda é o discursivo, evidenciado na centralidade do conceito de conversação: “Um sistema deliberativo é aquele que abrange uma abordagem baseada na conversação para conflitos políticos e resolução de problemas — através de argumentação, demonstração, expressão e persuasão. Em um bom sistema deliberativo, a persuasão que levanta considerações relevantes deve substituir a repressão, a opressão e a negligência impensada” (Mansbridge *et al.*, 2012, p. 5-6).

argumentos (Mansbridge, 2007; Jacobs *et al.*, 2009; Chambers, 2009; Mansbridge; Parkinson, 2012; Faria, 2017), o *discurso* — compreendido de maneira bastante ampla como aquilo que é dito, escrito, mostrado e/ou publicado — ainda é o ponto de partida e chegada dos estudos deliberativos. É digno de nota a pouca atenção concedida às “coisas”. Elas mesmas que, como veremos adiante, não apenas possibilitam o encontro deliberativo (ou conversacional), mas são a própria “causa” desse encontro. Menos atenção ainda é dada às infraestruturas e estruturas materiais, mesmo em um campo tomado por metáforas espaciais como arenas, ágoras e esferas. Qual o formato do areal⁸, do que é composta a esfera, quais os limites da ágora? Suas formas e materiais atuam insistentemente na realização e circulação do discurso, mas permanecem como um ponto cego nos estudos de deliberação.

Por outro lado, o *topos* do condicionamento das ações humanas por condições materiais, objetais e estruturais é, *mutatis mutandis*, a pedra de toque de estudos agrupados sob o título de “teorias dos meios”. Como define o filósofo da comunicação norte-americano John Durham Peters, é na encruzilhada entre os seres humanos e as coisas que os estudos de meios encontram a sua especificidade: “Somos condicionados pelas condições que condicionamos. Nós, os criadores criados, moldamos as ferramentas que nos moldam. [...] Grosso modo, os estudos de meios são uma meditação geral sobre as condições” (Peters, 2015, p. 51)⁹. Com isso em mente, o objetivo deste breve ensaio teórico é esboçar um diálogo entre os estudos de deliberação e os estudos de meios com base na exposição dos conceitos de “coisa”, “infraestrutura” e “medialidade”, a partir de diferentes perspectivas teórico-mediais para apresentar, assim, algumas implicações desses termos na reflexão político-comunicacional sobre a deliberação.

A causa da coisa pública: sobre a política dos objetos

Há uma política das “coisas”? Infraestruturas fazem política? Existem objetos, estruturas e dispositivos mais deliberativos e democráticos do que outros? E meios técnicos autoritários? Perguntas como essa operam uma zona de indeterminação sobre a relação sujeito-objeto/agente-paciente. Uma resposta afirmativa poderia ser acusada de manifestar certa determinação da técnica sobre as ações e disposições humanas, ou seja, uma posição tecnodeterminista. Por outro lado, a uma resposta negativa

⁸ Arena vem da palavra latina [h]arena, que significa areia. Seu uso atual faz referência aos locais de luta entre gladiadores durante a Antiguidade romana. Cf. Arena ([2024]).

⁹ Todas as traduções de obras em língua estrangeira são de inteira responsabilidade do autor desse texto.

também poderia ser imputada a tese de uma determinação social da técnica e de seus objetos (não apenas relativa aos usos, mas à sua produção). Essa posição configura aquilo que alguns teóricos, como o sociólogo Bruno Latour (2012), chamam de sociodeterminismo.

Na esteira de uma reflexão teórico-política sobre objetos técnicos, o cientista político norte-americano Langdon Winner (2017) defende uma complementariedade entre essas duas perspectivas. Em seu controverso artigo “Artefatos têm política?”, publicado originalmente em 1980, ele insiste na necessidade de investigação das características dos objetos e seus significados para não reduzir os efeitos políticos das coisas apenas às forças sociais. A partir da afirmação de um duplo determinismo (sociotécnico), Winner descreve dois modos pelos quais os objetos desenvolvem características políticas. O primeiro “refere-se a instâncias nas quais a invenção, o design ou o arranjo de um dispositivo ou sistema técnico específico tornam-se um modo de resolver um problema nas relações de uma comunidade particular” (Winner, 2017, p. 198). Já o segundo modo descreve fenômenos nos quais os objetos são dispositivos políticos em si, ou seja, são “sistemas produzidos por seres humanos que parecem demandar ou ser fortemente compatíveis com tipos particulares de relações políticas” (Winner, 2017, p. 198). Para Winner, existem artefatos que, antes mesmo de qualquer uso potencial, já apresentam disposições e lógicas que precedem e demandam determinadas ações e configurações políticas. O fundamento dessa concepção é o mesmo da arquitetura, discutido anteriormente: o de que a tecnologia (ou seja, uma forma de racionalidade, epistemologia ou perspectiva da técnica) implica uma construção de ordenamentos.

Tal pressuposto já estava presente desde a aurora da institucionalização dos estudos de meio a partir da segunda metade do século XX, com a chamada Escola Canadense. De Harold Innis (2017, 2007, 2011) a Marshall McLuhan (2011), a forma como os meios de comunicação e transporte organizam e compõem as relações humanas ganhou protagonismo, em detrimento ao conteúdo transmitido. Seja com o conceito de “vieses” de Innis ou com a dialética da “extensão/amputamento” proposta por McLuhan¹⁰, a tese tecnodeterminista já havia sido modulada para a da co-determinação ou condicionamento, ou seja, os meios técnicos não produzem uma relação de causa-efeito, mas seu

¹⁰ Ao contrário do que leituras recorrentes possam sugerir, McLuhan não apenas considera um meio como uma extensão de características biológicas dos seres humanos, mas também afirma que toda extensão também implica uma amputação, ou seja, ao mesmo tempo que um meio permite determinadas ações, impede outras (cf. McLuhan (2011), em especial o capítulo 4, “O amante de ‘Gadgets’: Narciso como narcose”). O que ficou em aberto em sua obra foram as implicações éticas e políticas desse fenômeno.

estudo possui um papel importante na interpretação de qualquer período histórico e de suas expressões socioculturais, políticas e econômicas.

Por outro lado, a defesa de uma lógica inerente aos objetos técnicos ganhou força e forma com a obra do teórico alemão Friedrich Kittler (1980, 1986, 1995). Figura importante para a institucionalização acadêmica dos estudos de mídia na Alemanha, o tecnodeterminismo é levado às últimas consequências no trabalho de Kittler. A tese do seu programa de exposição dos pressupostos técnicos das ciências humanas é que os meios, enquanto dispositivos de armazenamento, processamento e transmissão, determinam nossos modos de agir e pensar. São as redes de técnicas e instituições que permitem a uma determinada cultura endereçar, armazenar e processar dados relevantes. Ao se fazer uma transposição dessa perspectiva aos estudos de democracia, diante da impossibilidade de uma comunicação imediata, quaisquer formas de deliberação ou conversação política estariam subordinadas aos meios que co-determinam sua existência. Por isso, de acordo com essa lente teórica, os estudos dos meios — enquanto descrição, análise e exposição dos seus limites, lógicas e possibilidades — são sempre prioritários.

Essa radicalidade da influência dos objetos está em consonância com uma virada material dentro dos estudos mediais e comunicacionais. Um dos seus principais marcos foi a publicação da antologia *Materialidades da comunicação* (Gumbrecht; Pfeiffer, 1988): mais do que ao conteúdo ou ao discurso, os estudos de meios se voltam a “todos os fenômenos e condições que contribuam para a produção de sentido, sem serem, eles mesmos, sentido” (Gumbrecht, 2004, p. 24). A sua proposta, portanto, era investigar como os diferentes meios (“materialidades”) de comunicação afetam o sentido que transportam. Em outras palavras, o conceito de materialidades da comunicação descreve uma prática na qual “o som como som, o grafema como grafema e os gestos corporais como gestos corporais possam ser tematizados sem que, como significantes, se percam com a identificação dos significados que eles designam” (Gumbrecht; Pfeiffer, 1988, p. 915).

A partir do avanço do debate filosófico contemporâneo sobre o realismo especulativo (Harman, 2018b), as novas ontologias — como a orientada aos objetos (Harman, 2018a) — e, principalmente, com a provocação ao determinismo social lançado pela Teoria Ator-Rede (Callon, 2001; Latour, 2012), a questão das materialidades encontrou seu lugar institucional, a ponto de ser defendida a ocorrência de um *material turn* (Herzogenrath, 2017; Krtilova, 2017; Löw *et al.*, 2017; Liesen, 2015) nas Humanidades.

Advinda dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e responsável por desmontar a ideologia de neutralidade científica com base em estudos etnográficos em laboratórios (Latour; Woolgar, 1992), a Teoria Ator-Rede (ANT, ou sociologia da tradução, das associações, ou mesmo das reagregações) parte de um construtivismo radical para evitar qualquer explicação da natureza por meio de fatores sociais e, de maneira inversa, qualquer explicação da sociedade por meio de fatores naturais ou tecnológicos. A sua crítica ao sociodeterminismo afirma que aquilo que deveria ser explicado (ou seja, o social) é tratado pela “sociologia do social” (Latour, 2012, p. 27) como a própria explicação de um determinado fenômeno. Ao contrário de um atributo que marca um já-dado, para a ANT o social só pode existir em uma cadeia de relações, como um movimento de reagregações e reassociações. A colocação das coisas, das pessoas, das instituições e das estruturas com o mesmo status dentro de uma rede de relações (todas seriam actantes que, por sua vez, seriam redes de outros actantes) é um dos maiores desafios teóricos e práticos lançados por essa teoria.

Do ponto de vista político e com base nos pressupostos da ANT, Bruno Latour e Peter Weibel (2005) reivindicam uma “democracia orientada aos objetos”. Com isso eles não querem apenas salientar que a vida política é permeada por objetos, mas que eles são tanto o motivo dos nossos encontros quanto aquilo que permite ligações entre nós. Em seu ensaio/introdução “From Realpolitik to Dingpolitik: Or How to Make Things Public” (2005), Latour defende uma passagem da *Realpolitik* à *Dingpolitik*, uma política das “coisas”. A modulação de objeto à coisa não é incidental. Coisas estão sempre em relação. O que significa a “coisa” da *res publica*? Ela é o objeto que nos reúne, o objeto que nos concerne, que nos aproxima. Em outros termos, é “o ‘res’ que cria o ‘público’ em torno dele” (Latour, 2005, p. 16).

Em alemão *Ding*, em inglês *thing*, em norueguês e dinamarquês, *ting*: essas palavras remetem a um tipo de assembleia arcaica da Escandinávia medieval. Seu significado original era o de um tipo de reunião deliberativa que denominava tanto o motivo quanto o local de encontro. “Muito antes de designar um objeto jogado fora da esfera política e estagnado de forma objetiva e independente, a Ding ou Thing significou, por muitos séculos, a causa que agregava as pessoas porque ela as dividia” (Latour, 2005, p. 23). Uma inferência semelhante também pode ser feita em línguas latinas. Em português, coisa vem do latim *causa*, que, por sua vez, significa tanto o motivo (ou a circunstância) quanto o objeto (Georges, 1998a) — essa dupla acepção ocorre ainda com o substantivo *res* (Georges, 1998b). Assim, coisas são, a um só tempo, os assuntos e os objetos pelos quais as pessoas se reúnem e sobre os quais as pessoas deliberam. Nesse sentido, as “coisas” são meios ou pontos de encontro que distribuem a comunidade em um espaço comum. É nesse sentido que a política é um problema de

reunião provocada e conformada por elas. Normalmente esquecidas entre os assuntos de fato e secundárias em fóruns políticos, as coisas são reformuladas por Latour como preocupações tão importantes quanto os tópicos factuais que estão em discussão. É por isso que, em sua teoria, elas são entendidas como uma assembleia de objetos que atraem questões próprias às quais estamos expostos, queiramos ou não. Latour também fala em um “parlamento das coisas” (Latour, 1994, p. 143): as coisas se interpelam e nos interpelam em diversos tipos de assembleias improvisadas que, embora não sejam políticas no sentido institucional, reúnem um público em torno delas — universidades, laboratórios científicos, supermercados, igrejas, disputas envolvendo recursos naturais, guerras etc.

Em anos recentes, as propostas da ANT foram acolhidas e reelaboradas por pesquisadores que atuam na interface entre comunicação e estudos deliberativos para incluir não apenas coisas, mas eventos naturais, animais ou até mesmo vírus como participantes de um agenciamento democrático (Bryant, 2011; Meijer, 2019; Donaldson, 2020; Parry; Asenbaum; Ercan, 2021; Romero; Dryzek, 2020). Dentro da tradição dos estudos de deliberação, essas abordagens ganharam corpo em um diálogo, de um lado, com o design de esferas ou arenas deliberativas, que se tornou relevante nos debates em torno da criação de ferramentas digitais para deliberação online (Warren; Pearse, 2008) e, de outro, com o *institucional design* (Goodin, 1998; Fung, 2003; Warren; Pearse, 2008; Parkinson; Mansbridge, 2012; Davies; Gangadhran, 2019), mais preocupado com as características do ambiente de deliberação capazes de modelar o comportamento dos participantes e, conseqüentemente, influenciar o desfecho das deliberações

Essas características podem ser entendidas como as “regras do jogo”, pois delimitariam as ações dos envolvidos e ofereceriam estímulos para o debate. Assim, o enfoque do design institucional recai, em grande medida, sobre quais fontes de informação são acessíveis aos participantes e quais os fatores considerados relevantes no momento de se tomar uma decisão. Em certa medida, essas duas grandes abordagens foram absorvidas pelas abordagens sistêmicas da democracia deliberativa. Como defendem Mansbridge e seus colaboradores (2012), essa perspectiva institucional estaria incluída no reconhecimento da complexidade dos processos de deliberação, que abarcam não apenas instituições, associações e locais formais de assembleia, mas redes informais, meios de comunicação, grupos de defesa organizados, escolas, fundações, instituições privadas e sem fins lucrativos, legislaturas, agências executivas, tribunais etc. Entretanto, o cerne dessas perspectivas ainda é a conversação, o discurso. Em outras palavras, a causa e não a coisa da deliberação. A partir dessa lacuna, o pesquisador Hans Asenbaum (2018, 2021a, 2021b) busca desenvolver a perspectiva da ANT em diálogo com a

ideia de sistemas deliberativos democráticos. Com o conceito de agenciamento (*assemblage*), ele inclui no escopo da pesquisa sobre deliberação não apenas objetos, arquiteturas, coisas ou artefatos, mas até mesmo animais, microorganismos, plantas, eventos etc. O seu objetivo é o de detectar as diferentes partes que constituem o agenciamento democrático e as forças que o mantêm coeso. Sua teoria da *assemblage* defende que todas as coisas têm algum tipo de agência e vivacidade, até mesmo as inanimadas.

Entretanto, a equivalência radical dos actantes em uma rede, levada a cabo pela ANT, traz dois problemas à sua aplicação em estudos sobre comunicação política. De um lado, o repúdio a qualquer hierarquização ignora o fato de que as coisas, do mesmo modo que as tecnologias para Winner (2017), dispõem no espaço, criam ordenamentos e partilham desigualmente ao reunir. Por outro lado, a equivalência entre actantes busca servir a um movimento teórico de superação do horizonte humano dentro das Humanidades. As coisas, as pessoas, as instituições, os animais, a natureza ou qualquer outro elemento da rede não possui nenhuma preponderância sobre os outros, e devem ser analisados horizontalmente em sua relação.

Mas a crítica ao antropocentrismo não está livre do risco de humanizar o não humano ou, inversamente, de desumanizá-lo, no sentido de ignorar questões éticas, políticas e afetivas que não podem prescindir da sua excepcionalidade — o que não significa reafirmar o papel de superioridade do ser humano sobre todas as coisas, característica de certo Humanismo clássico. Nesse sentido, a teoria dos meios — compreendida como uma antropologia filosófica sobre a condição tanto humana quanto inumana (Peters, 2015, p. 12) — ainda permanece como um lugar privilegiado para refletir sobre a contiguidade humana nas coisas (afinal, deixamos rastros naquilo que tocamos) e sobre a maneira como esses vestígios humanos são transformados de modo diverso (inclusive na produção de exclusões e vulnerabilidades) pelos próprios objetos que, por sua vez, nos tocam.

Talvez mais do que na arquitetura e nas coisas, o poder das estruturas, das disposições e das hierarquizações seja determinante onde elas permanecem invisíveis: nos meios e nas infraestruturas. Essa parece ser a conclusão alcançada por Winner (2017) em sua reflexão sobre artefatos políticos. Para ele, por mais flexível que sejam as possibilidades de um objeto técnico, as opções tendem a se enrijecer e sedimentar em hábitos, materiais e investimentos econômicos:

Nesse sentido, inovações tecnológicas são semelhantes a atos legislativos ou a decisões políticas que estabelecem uma estrutura para a ordem pública a qual irá subsistir por muitas gerações. Por esse motivo, a mesma atenção especial que se dá às regras, funções e relações políticas deve também ser dada a coisas tais como a construção de rodovias, a criação de redes televisivas e a inclusão de características aparentemente insignificantes em novas máquinas. As questões que dividem ou unem as pessoas na sociedade estão assentadas não somente nas instituições e nas práticas da política propriamente dita, mas também, e de modo menos óbvio, nos arranjos tangíveis de aço e concreto, fios e semicondutores, porcas e parafusos (Winner, 2017, p. 206).

Nos estudos de democracia e esfera pública, tal conclusão é semelhante a de John Parkinson (2012). Para ele, o que marca o espaço como público é sua acessibilidade e seu uso para fins públicos, que, por sua vez, são dispostos por suas estruturas e infraestruturas: “a democracia exige que as pessoas desempenhem uma variedade de papéis tanto na política quanto em outros aspectos da vida, o que requer diferentes tipos de espaço nos quais esses papéis possam ser performados” (Parkinson, 2012, p. 13).

Como vimos, as teorias do design institucional, dos sistemas deliberativos democráticos ou mesmo do agenciamento democrático não ignoram elementos como arquitetura, objetos, coisas, infraestruturas ou artefatos em processos de deliberação. A contribuição das teorias dos meios se dá precisamente em reforçar os aspectos mediais desses elementos. Paraphrasing Parkinson (2012), enquanto meios da deliberação, eles co-determinariam aquilo que pode ser performado democraticamente. O foco dos estudos de meios não recai naquilo que é dito ou deliberado, mas sobre as condições e construções mediais da deliberação. Portanto, não se trata aqui de observar as relações sociais (poder, hegemonia, gênero, raça etc.), mas as (im)possibilidades de colocação/performance da deliberação.

Assim, para avançarmos na compreensão das algumas implicações mediais das coisas que possibilitam formas contemporâneas de deliberação, torna-se interessante uma investigação de dos conceitos de meio, infraestrutura e plataforma, empregados para descrever elementos que condicionam a possibilidade de existência do debate público e direcionam o nosso olhar não para *o que* é debatido, mas para *o como/por meio do que* se delibera (e como isso condiciona suas possibilidades e disposições).

Infraestruturas, meios e plataformas

Mais do que uma condição de possibilidade, a infraestrutura é a base necessária a qualquer ordenamento: do latim *infra* (abaixo, embaixo, na parte debaixo) e *structura* (arranjo, ordem, encaixe, edificação). Ao contrário das estruturas e arquiteturas, sua presença e ação é envolta por um certo esquecimento. A eficiência de uma infraestrutura pode ser medida pela sua capacidade em permanecer invisível naquilo que ela possibilita construir. Afinal, normalmente só nos damos conta da sua existência quando algo dá errado. Entretanto, essa falha é percebida antes pelas suas interfaces do que na própria infraestrutura: quando não sai água da torneira, quando o interruptor não funciona, quando o telefone celular fica sem sinal, quando uma rua está interditada etc. Dificilmente conseguimos apreender de forma abrangente a rede material de uma infraestrutura em sua plenitude.

Nesse sentido, essa definição inicial compartilha uma lógica negativa própria ao conceito de meio praticada por algumas filosofias contemporâneas (Krämer, 2008; Mersch, 2002, 2013, 2016): um meio é aquilo que, durante a mediação, não é mediado. Seu recolhimento é inerente à sua função. Ele se recusa a ser tematizado enquanto meio, já que, para isso, seria necessário interromper todo o processo de mediação. Por exemplo, durante a leitura de um romance, tudo aquilo que possibilita essa experiência (o livro enquanto suporte material, a língua em que foi escrito, as letras impressas, o tipo específico de papel e tipografia etc.) deve permanecer “desapercebidos”. Eles atuam na medialidade da leitura, mas a palavra escrita enquanto meio permanece oculta. Como aquilo que possibilita a suspensão de uma distância, o meio altera (mas não coincide com) o sentido ou aquilo que é mediado. E nisso está a dificuldade em abordá-lo teórica e empiricamente (o que seria possível apenas por meio de um outro meio).

Outra característica que aproxima os conceitos de infraestrutura e meio são seus aspectos relacional e contextual. Para ficarmos no exemplo anterior, a palavra escrita só se torna um meio enquanto lida ou inscrita (em uma materialidade específica — livro, papel, tela etc. — que “com-põe” a mediação, mas não pode ser mediada). Da mesma maneira, uma coisa ou arranjo material só podem ganhar o rótulo de infraestrutura quando observados em relação à sua percepção e uso (ou à sua performance). Aquilo que garante o funcionamento das dinâmicas fundamentais em uma cidade ou em uma comunidade humana, ou seja, o que pode ser considerado como “infraestrutural”, varia bastante. Portanto, assim como a função medial não pode ser atribuída de antemão a um objeto ou artefato, as infraestruturas também não podem ser definidas apenas por um certo agrupamento de materiais e técnicas.

Contudo, diferentemente dos meios que, mesmo possuindo sempre uma dimensão material, sua materialidade e sentido permanecem recolhidos na mediação, as infraestruturas são materiais agrupados por diversos investimentos (políticos, econômicos, estéticos etc.), cujos sentidos devem transparecer nas estruturas que elas desenvolvem ou impedem. Além de materiais, as infraestruturas também são arranjos semânticos. A função das infraestruturas não é mediação, mas ordenamento. Por isso que, para o antropólogo Brian Larkin, o conceito de infraestrutura é entendido como uma “análise cultural que destaca os compromissos epistemológicos e políticos envolvidos na seleção do que se vê como infraestrutural (e, portanto, causal) e o que se deixa de fora” (Larkin, 2013, p. 330).

Como discutido anteriormente a partir de Winner (2017), a construção de infraestruturas influencia a vida em comum aos modos de decisões legislativas. A abertura de estradas, a pavimentação de ruas, as redes de transporte coletivo, e as ciclovias e outras malhas de circulação e transmissão determinam o acesso a certos espaços enquanto isolam outros. O planejamento de locais de convivência, como parques, praças e calçadas, possibilitam ou impedem reuniões, encontros, assembleias e atividades (políticas, artísticas, religiosas, desportivas etc.). As cidades são, portanto, formadas por camadas de infraestruturas que se sobrepõem com o passar do tempo (Graham; Marvin, 1996).

Mas mesmo com um poder significativo na conformação da vida comum, o planejamento e construção de obras de infraestrutura muitas vezes passam longe da deliberação pública. Sob o argumento da complexidade técnica, dificilmente a última palavra é deixada àqueles diretamente afetados, mas a especialistas. Isso foi observado por Wendy Brown (2015) em sua análise sobre os efeitos do neoliberalismo na transformação (ou deterioração) dos espaços públicos: a maneira como entendemos e praticamos a democracia está vinculada aos lugares de encontro e discussão em torno do que nos é comum. Do mesmo modo que os espaços públicos são as condições de possibilidade da vida democrática, a deliberação pública está vinculada a determinados espaços que, mesmo telemáticos e digitais, são ordenados por infraestruturas que dificilmente se tornam temas do debate público. Para citarmos um exemplo de um espaço deliberativo por excelência, o projeto de construção do novo plenário da Câmara de Vereadores de Curitiba ignorou até mesmo um concurso público para definição do projeto arquitetônico. O projeto conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba mantém o mesmo modelo escolar das câmaras brasileiras (Galani, 2022). Um olhar para as infraestruturas democráticas sugerem que a deliberação se dá sob determinadas pré-condições, que determinam a sua forma antes mesmo que qualquer coisa tenha sido dita.

Os estudos mediais sobre infraestruturas, portanto, buscam evidenciar o fato de que grande parte dos processos deliberativos contemporâneos — formais ou informais, mediados ou presenciais — ocorrem por meio de infraestruturas não democráticas (ou seja, sem a participação daqueles afetados pelas disposições infraestruturais). Com o avanço da digitalização e a demanda cada vez maior por estruturas de conexão, armazenamento, processamento e transmissão, a preocupação com o debate em torno das infraestruturas comunicacionais (que, com maior ou menor intensidade, sempre esteve presente nos estudos de meios¹¹) ganha um novo fôlego: “Se nossas interfaces forem refletir e incorporar os valores de nossa cidade, a concepção e a criação dessas interfaces também devem ser as nossas” (Mattern, 2020, p. 325).

Estudos sobre a evolução das redes e tecnologias de telefonia móvel e sobre a expansão de cabos submarinos, satélites e *data centers* deram impulso a uma nova agenda de pesquisa. Fala-se até em uma *virada infraestrutural* (Larkin, 2013; Plantin *et al.*, 2018; Plantin; Punathambekar, 2019) nos estudos de comunicação e mídia, ou mesmo na emergência de um *infraestruturalismo*:

Depois do estruturalismo, com sua ambição de explicar os princípios do pensamento, primitivo ou moderno, por meio de uma combinatória de significado e pós-estruturalismo, com seu amor pelas lacunas, aporias e impossibilidades, sua celebração ao colapso, ao anseio e ao fracasso, seu gosto por categorias absurdas de todos os tipos e amor por sintaxes de tirar o fôlego — talvez seja hora do infraestruturalismo. Seu fascínio é pelo básico, pelo chato, pelo mundano e por todo o trabalho pernicioso feito nos bastidores. É uma doutrina de ambientes e pequenas diferenças, de portas estreitas e buracos de agulha, de coisas não compreendidas que estão sob nossos mundos (Peters, 2015, p. 33).

Em seu livro *The Marvelous Clouds: Toward a Philosophy of Elemental Media*, publicado em 2015, Peters (2015) defende a tese de que o trabalho dos meios (de comunicação, transmissão e transporte) é fundamentalmente logístico. Por isso, seria necessário investigar seus aspectos infraestruturais, ou seja, o modo como a infraestrutura organiza e orienta, coordena e subordina as relações entre coisas e pessoas.

Do ponto de vista de estruturas deliberativas, a digitalização proporcionou a emergência de novos espaços de assembleia que, assim como qualquer outro espaço (computacional ou não) é estruturado

¹¹ Interessado mais em como os meios organizam e compõem do que seu conteúdo, Harold Innis foi um dos primeiros a insistir que a infraestrutura deveria estar no centro da teoria da mídia. Não por acaso, seus primeiros estudos foram sobre o papel das ferrovias na formação do Canadá enquanto nação e seus estudos subsequentes tentaram demonstrar a correspondência entre as propriedades materiais dos meios e as configurações do poder e da cultura (Innis, 2007).

e hierarquizado com base em uma infraestrutura. Recentemente, os estudos de infraestrutura vêm ganhando espaço na análise das interações em ambientes digitais, a partir do conceito de *plataforma* para descrever arenas ou espaços digitais com potencial deliberativo — deliberação entendida aqui em seu sentido ampliado; não de tomada de decisão, mas de discussão e conversação política (Conover; Miller, 2018; Eveland; Morey; Hutchens, 2011; Maia *et al.*, 2017; Marques, 2009; Sampaio; Maia; Marques, 2011). Como um tipo específico de *framework* (ou seja, uma estrutura na qual podem ser operadas outras aplicações), as plataformas operam aos modos de infraestruturas. São, na verdade, “estruturas infraestruturais”: baseadas em uma determinada infraestrutura, possibilitam novas estruturas a partir delas mesmas (e assim assumem o papel de fundamento).

O termo é usado pelo menos desde a década de 1980 como sinônimo para console de videogame, ou seja, para descrever um dispositivo que envolve tanto o hardware quanto o software e que determina sua capacidade de programação, interação e modulação (adição de novos componentes). Esses aspectos vêm sendo explorados pela literatura mais recorrente na área (Baldwin; Woodard, 2008; Bogost; Montfort, 2009; Dijck; Poell, 2013; Helmond, 2015; Langlois; Elmer, 2013; Mckelvey, 2011). Contudo, normalmente são deixados de lado os aspectos autocráticos, centralizadores e autorreferenciais das plataformas digitais. Por mais que o sentido das interações de usuários em uma determinada plataforma digital seja aberto, isto é, não pode ser previsto pelos programadores (aspecto generativo das plataformas), para a lógica cibernética que rege os dispositivos numéricos (Liesen, 2019) isso é completamente irrelevante, desde que as interações alimentem seus princípios de circularidade e recursividade e atendam o os requisitos de suas diretrizes de monetização. Um sintoma da opacidade e centralidade das plataformas digitais é a dependência de pesquisas empíricas a Interfaces de Programação de Aplicação (APIs), disponibilizadas pelas próprias plataformas.

Por outro lado, o encontro entre estudos de infraestruturas e plataformas digitais (Mattern, 2020; Plantin *et al.*, 2018; Plantin; Punathambekar, 2019) tem produzido reflexões importantes não apenas sobre a gigantesca estrutura (oculta) necessária para realização desses espaços, mas particularmente sobre o papel “infraestrutural” que determinadas plataformas assumiram para a vida política e social, no sentido de sua indispensabilidade e permeabilidade.

Da mesma forma que os estudos sobre uma determinada lógica da mídia (Altheide; Snow, 1979) nos discursos políticos (no sentido de que eles deveriam se fazer mediatizáveis para serem circulados na imprensa, na televisão e no rádio), os estudos de plataforma podem ajudar a dar conta do papel das

infraestruturas (latente) e das interfaces (manifesto) nos processos de discussão e deliberação online. Em um sentido mais cotidiano, uma plataforma — literalmente “forma plana, achatada” (do francês *plateforme*) — descreve uma estrutura mais elevada que possibilita acesso ou visibilidade a alguma coisa (a uma paisagem, a um trem) ou uma superfície mais alta que a base que a rodeia (uma tribuna, um palco). Ao criarem espacialmente e temporalmente um modo específico de discursividade e visualidade ou, em outras palavras, uma publicidade com regras particulares que distribuem desigualmente aquilo que é dito e visto, as plataformas são locais privilegiados para práticas e disputas políticas.

O desafio que permanece aberto às pesquisas sobre o potencial (ou fracasso) deliberativo de plataformas digitais é o de conseguir transitar entre a descrição e análise de plataformas específicas em seus aspectos micropolíticos (as coisas), macropolíticos (as infraestruturas), relacionais (os meios) e participativos (as interfaces). Menos do que um programa de pesquisa, o que foi apresentado até aqui se configura como uma tentativa em provocar uma fístula entre campos que comumente trilham caminhos separados (Carpignano, 1999, p. 177): a ciência política e o estudo de meios.

Considerações finais

Arquiteturas, infraestruturas, meios, artefatos, plataformas e coisas: o que a teoria dos meios tem a dizer aos estudos de democracia deliberativa talvez seja uma provocação (aparentemente banal) de que as práticas políticas não são constituídas apenas discursivamente. Também que as materialidades que sustentam essas práticas desempenham um papel tão importante quanto a intenção e o sentido delas. Dito de outro modo, essa provocação levanta a tese de que, durante o processo deliberativo, a racionalidade comunicativa não joga apenas com a racionalidade instrumental, mas com racionalidades específicas a cada espaço, esfera ou arena (e suas coisas, meios, estruturas e infraestruturas) que condicionam as assembleias e deliberações.

Em suas dimensões práticas, uma abordagem teórico-medial está preocupada com os modos ou os *meios* pelos quais a deliberação é conformada ou (im)possibilitada. A pergunta de pesquisa marca um deslocamento do *que* se delibera (os aspectos discursivos) para o *como* (aquilo que possibilita o discurso, a deliberação). Parlamentos, plenários, praças, mesas, salas de reuniões, ambientes digitais, plataformas, sistemas de telefonia, tecnologias de transmissão, armazenamento e processamento de

dados, interfaces: esses são apenas exemplos de elementos de interesse investigativo. No Brasil, onde boa parte da comunicação de instituições públicas, como universidades, prefeituras, conselhos etc., é cada vez mais mediada por plataformas desenvolvidas por *big techs*, o debate político e a investigação acadêmica em torno de infraestruturas comunicacionais (conexões de fibra ótica, implementação de sistemas de transmissão, cabos submarinos, *data centers* etc.) são cada vez mais urgentes.

Do ponto de vista metodológico, o encontro entre as teorias dos meios e os estudos de deliberação não busca evitar determinismos sociais ou técnicos, mas lança o desafio de levá-los a cabo com o intuito de ampliar a análise de um determinado fenômeno político. Contudo, a abordagem infraestrutural e medial não deve parar por aí. Acima de tudo, é necessário observar os ruídos, as fraturas, os parasitas: por mais autocráticas que as coisas, as arquiteturas e as infraestruturas sejam em seus projetos, elas permanecem vulneráveis à sabotagem, à reapropriação, à ocupação e à sua reelaboração. Os curtos-circuitos podem revelar o que está em jogo em processos sedimentados pela rotinização. Como afirma Brian Larkin (2004, p. 289), “as infraestruturas geram possibilidades para sua própria corrupção e parasitismo”. Por esse motivo, estudos teórico-mediais sobre processos deliberativos deveriam se dedicar a casos particulares a partir de descrições e teorizações baseadas em práticas e materialidades muito específicas. Assim, os fantasmas da generalização e dos determinismos seriam mais alavancas epistemológicas do que horizontes de pesquisa.

Obviamente, a deliberação pública não é somente constrangida pelos seus aspectos mediais. Fatores como gênero, raça, classe e origem são alguns exemplos de condicionantes da deliberação apontados pela literatura dos estudos de democracia (Flügel-Martinsen *et al.*, 2014). Uma abordagem teórico-medial não tem a pretensão de se colocar como *ultima ratio* aos estudos de deliberação. Ao contrário, ela emerge como um instrumento de mudança de perspectiva para elementos não discursivos da deliberação. Uma teoria menor, localizada, que pode ser operacionalizada para se medir o papel das (infra)estruturas mediais do debate público.

Este trabalho, portanto, ensaiou uma aproximação da teoria dos meios e dos estudos de deliberação para o campo da comunicação política, com base na elaboração de uma caixa de ressonância teórica construída com alguns conceitos-chave de potencial analítico-descritivo. Esperamos, com isso, contribuir para a elaboração de um espaço de estudos interessado nas implicações políticas de meios, objetos, coisas, plataformas, estruturas e infraestruturas comunicacionais.

Referências

- ALTHEIDE, D. L.; SNOW, R. P. *Media logic*. Beverly Hills, CA: SAGE, 1979.
- APEL, K.-O. *Selected Essays: Ethics and the Theory of Rationality*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities, 1996. v. 2.
- ARENA. *Lewis and Short*, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://alatus.com/ls/index.php?met=up&ord=arena>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- ASENBAUM, H. Anonymity and Democracy: Absence as Presence in the Public Sphere. *American Political Science Review*, Washington, DC, v. 112, n. 3, p. 459-472, 2018. DOI: 10.1017/S0003055418000163.
- ASENBAUM, H. Rethinking Digital Democracy: From the Disembodied Discursive Self to New Materialist Corporealities. *Communication Theory*, Hoboken, NJ, v. 31, n. 3, p. 360-379, 2021a. DOI: 10.1093/ct/qtz033.
- ASENBAUM, H. The Politics of Becoming: Disidentification as Radical Democratic Practice. *European Journal of Social Theory*, Thousand Oaks, CA, v. 24, n. 1, p. 86-104, 2021b. DOI: 10.1177/1368431020935781.
- BALDWIN, C. Y.; WOODARD, C. J. *The Architecture of Platforms: A Unified View*. Rochester, NY: Social Science Research Network, 8 Sept. 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=1265155>.
- BÄCHTIGER, A.; DRYZEK, J. S.; MANSBRIDGE, J.; WARREN, M. E (ed.). *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BOGOST, I.; MONTFORT, N. Platform Studies: Frequently Questioned Answers. *Digital Arts and Culture*, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/01r0k9br>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- BOHMAN, J. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.
- BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New Jersey: Zone Books, 2015.
- BRYANT, L. R. *The Democracy of Objects*. London: Open Humanities Press, 2011.
- BURKE, E. *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*. 5th ed. London: Henry G. Bohn, 1857. v. 1.
- CALLON, M. Actor Network Theory. In: SMELSER, N. J., BALTES, P. B. (ed.). *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*. Oxford: Pergamon, 2001. p. 62-66.

- CARPIGNANO, P. The Shape of the Sphere: The Public Sphere and the Materiality of Communication. *Constellations*, Berlin, v. 6, n. 2, p. 177-189, 1999. DOI: 10.1111/1467-8675.00134.
- CHAMBERS, S. Rhetoric and the Public Sphere: Has Deliberative Democracy Abandoned Mass Democracy?. *Political Theory*, Thousand Oaks, CA, v. 37, n. 3, p. 323-350, 2009. DOI: 10.1177/0090591709332336.
- CONOVER, P. J.; MILLER, P. R. Taking Everyday Political Talk Seriously. In: BÄCHTIGER, A.; DRYZEK, J. S.; MANSBRIDGE, J.; WARREN, M. E (ed.). *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 378-391.
- DAVIES, T; GANGADHRAN, S. P. (ed.). *Online Deliberation: Design, Research, and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- DIJCK, J. VAN; POELL, T. Understanding Social Media Logic. *Media and Communication*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2013. DOI: 10.17645/mac.v1i1.70.
- DONALDSON, S. Animal Agora: Animal Citizens and the Democratic Challenge. *Social Theory and Practice*, Gainesville, FL, v. 46, n. 4, p. 709-735, 2020. DOI: 10.5840/soctheorpract202061296
- DRYZEK, J. S. *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- GUMBRECHT, H. U.; PFEIFFER, K. L. (Hrsg.). *Materialität der Kommunikation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.
- ELSTUB, S.; ERCAN, S.; MENDONÇA, R. F. Editorial Introduction: The Fourth Generation of *Deliberative Democracy*. *Critical Policy Studies*, London, v. 10, n. 2, p. 139-151, 2016.
- EVELAND, W. P. Jr.; MOREY, A. C.; HUTCHENS, M. J. Beyond Deliberation: New Directions for the Study of Informal Political Conversation from a Communication Perspective. *Journal of Communication*, Washington, DC, v. 61, n. 6, p. 1082-1103, 2011. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2011.01598.x.
- FARIA, C. F. Sistema deliberativo, formas de conexão e inclusão política: alcance teórico e prático. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, e329502, 2017. DOI: 10.17666/329502/2017.
- FLÜGEL-MARTINSEN, O.; GAUS, D.; HITZEL-CASSAGNES, T.; MARTINSEN, F. (Hrsg.). *Kritik der Deliberation – Deliberation als Kritik*: Festschrift für Rainer Schmalz-Bruns. Wiesbaden: Springer VS, 2014.
- FUNG, A. Survey Article: Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences. *Journal of Political Philosophy*, Hoboken, NJ, v. 11, n. 3, p. 338-367, 2003. DOI: 10.1111/1467-9760.00181.
- GALANI, L. Câmara ignora concurso de arquitetura e Ippuc apresenta projeto para nova sede da CMC. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/ippuc-apresenta-projeto-de-nova-sede-da-camara-municipal-sem-concurso-publico-arquitetura>. Acesso em: 1 jan. 2023.

GEORGES, K. E. Ausführliches lateinisch-deutsches Handwörterbuch. Hannover: Darmstadt, 1998a. v. 1, p. 1039-1043. Disponível em: www.zeno.org/Georges-1913/A/causa?hl=causa. Acesso em:

GEORGES, K. E. Ausführliches lateinisch-deutsches Handwörterbuch. Hannover: Darmstadt, 1998b. v. 2, p. 2338-2340. Disponível em: <http://www.zeno.org/Georges-1913/A/res?hl=res>. Acesso em:

GOODIN, R. E. (ed.). *The Theory of Institutional Design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. *Telecommunications and the City: Electronic Spaces, Urban Places*. New York: Routledge, 1996.

GUMBRECHT, H.-U. *Productions of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HARMAN, G. *Object-Oriented Ontology: A New Theory of Everything*. London: Pelican, 2018a.

HARMAN, G. *Speculative Realism: An Introduction*. Cambridge: Polity, 2018b.

HELMOND, A. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. *Social Media + Society*, Thousand Oaks, CA, v. 1, n. 2, 2015. DOI: 10.1177/2056305115603080.

HERZOGENRATH, B. (ed.). *Media Matter: The Materiality of Media, Matter as Medium*. London: Bloomsbury Academic, 2017.

INNIS, H. A. *Essays in Canadian Economic History*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

INNIS, H. A. *Empire and Communications*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2007.

INNIS, H. A.. *Viés da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JACOBS, L. R.; COOK, F. L.; CARPINI, M. X. D. *Talking Together: Public Deliberation and Political Participation in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

KIM, J.; KIM, E. J. Theorizing Dialogic Deliberation: Everyday Political Talk as Communicative Action and Dialogue. *Communication Theory*, Washington, DC, v. 18, n. 1, p. 51-70, 2008. DOI: 10.1111/j.1468-2885.2007.00313.x.

KITTLER, F. A. (Hrsg.). *Austreibung des Geistes aus den Geisteswissenschaften: Programme des Poststrukturalismus*. Paderborn: Schöningh, 1980.

KITTLER, F. A. *Grammophon, Film, Typewriter*. Berlin: Brinkmann und Bose, 1986.

- KITTLER, F. A. *Aufschreibesysteme 1800/1900*. München: Wilhelm Fink, 1995.
- KRÄMER, S. *Medium, Bote, Übertragung: Kleine Metaphysik der Medialität*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.
- KRTILOVA, K. Media Matter: Materiality and Performativity in Media Theory. In: HERZOGENRATH, B. (ed.). *Media Matter: The Materiality of Media, Matter as Medium*. New York: Bloomsbury Academic, 2017. p. 28-46.
- LANGLOIS, G.; ELMER, G. The Research Politics of Social Media Platforms. *Culture Machine*, [s. l.], v. 14, 2013. Disponível em: <https://culturemachine.net/wp-content/uploads/2019/05/505-1170-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- LARKIN, B. Degraded Images, Distorted Sounds: Nigerian Video and the Infrastructure of Piracy. *Public Culture*, Cambridge, v. 16, n. 2, p. 289-314, 2004. DOI: 10.1215/08992363-16-2-289.
- LARKIN, B. The Politics and Poetics of Infrastructure. *Annual Review of Anthropology*, San Mateo, CA, v. 42, p. 327-343, 2013. DOI: 10.1146/annurev-anthro-092412-155522
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. From Realpolitik to Dingpolitik: Or How to Make Things Public. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2005. p. 14-43.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012.
- LATOUR, B.; WEIBEL, P. *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2005.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. 2nd ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992.
- LÖW, C.; VOLK, K.; LEICHT, I.; MEISTERHANS, N. *Material turn: Feministische Perspektiven auf Materialität und Materialismus*. Stuttgart: Barbara Budrich, 2017.
- LIESEN, M. Materialidades mediais: notas sobre uma perspectiva pós-hermenêutica. *Contracampo*, Niterói, RJ, v. 33, n. 2, p. 4-20, 2015. DOI: 10.22409/contracampo.v33i2.761.
- LIESEN, M. *Paradoxos da democracia cibernética: uma crítica à participação política na era da racionalidade algorítmica*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (COMPOLÍTICA), 8., 2019, Brasília, DF. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Compólitica, 2019.
- MAIA, R. C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MAIA, R. C. M.; CAI, D.; HAUBER, G.; OLIVEIRA, V. V. de; ROSSINI, P. G. C.; GARCÊS, R. L. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que

circulam nos media. *Galáxia*, São Paulo, n. 34, p. 55-72, 2017. DOI: 10.1590/1982-2554201728000.

MANSBRIDGE, J. "Deliberative democracy" or "Democratic Deliberation"? In: ROSENBERG, S. W. (ed.). *Deliberation, Participation and Democracy. Can the People Govern?* London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 251-271.

MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in the Deliberative System. In: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 211-239.

MANSBRIDGE, J. A Systemic Approach to Deliberative Democracy. In: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (org.). *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MARQUES, Â. C. S. (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MATTERN, S. Scaffolding, Hard and Soft: Critical and Generative Infrastructures. In: SAYERS, J. (ed.). *The Routledge Companion to Media Studies and Digital Humanities*. London: Routledge, 2020. p. 318-326.

MCKELVEY, F. FCJ-128 A Programmable Platform?: Drupal, Modularity, and the Future of the Web. *The Fibreculture Journal*, Sydney, n. 18, p 232-254, 2011.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

MEIJER, E. *When Animals Speak: Toward an Interspecies Democracy*. New York: NYU Press, 2019.

MERSCH, D. *Was sich zeigt: Materialität, Präsenz, Ereignis*. München: Fink, 2002.

MERSCH, D. Tertium datur: introdução a uma teoria negativa dos media. *MATRIZES*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 207-222, 2013. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v7i1p207-222.

MERSCH, D. Meta/dia: Two Different Approaches to the Medial. *Cultural Studies*, London, v. 30, n. 4, p. 650-679, 2016. DOI: 10.1080/09502386.2016.1180751.

PARKINSON, J. R. *Democracy and Public Space: The Physical Sites of Democratic Performance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PARKINSON, J. R.; MANSBRIDGE, J. J. (ed.). *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PARLAMENT. In: *Duden*. Berlin: Cornelsen [2024]. Disponível em: <https://www.duden.de/rechtschreibung/Parlament>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PARRY, L. J.; ASENBAUM, H.; ERCAN, S. A. Democracy in Flux: A Systemic View on the Impact of COVID-19. *Transforming Government*, v. 15, n. 2, p. 197-205, 2021. DOI: 10.1108/TG-09-2020-0269

PETERS, J. D. *The Marvelous Clouds: Toward a Philosophy of Elemental Media*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

PLANTIN, J.-C.; LAGOZE, C.; EDWARDS, P. N.; SANDVIG, C. Infrastructure Studies Meet Platform Studies in the Age of Google and Facebook. *New Media and Society*, Thousand Oaks, CA, v. 20, n. 1, p. 293-310, 2018. DOI: 10.1177/1461444816661553.

PLANTIN, J.-C.; PUNATHAMBEKAR, A. Digital Media Infrastructures: Pipes, Platforms, and Politics. *Media, Culture and Society*, Thousand Oaks, CA, v. 41, n. 2, p. 163-174, 2019. DOI: 10.1177/0163443718818376.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RHODES, Margaret. The Design of Parliaments Has a Funkadelic Impact on Politics. *WIRED*, New York, 15 Sept. 2016. Disponível em: <https://www.wired.com/2016/09/beautiful-book-reveals-architectures-impact-politics/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROMERO, J.; DRYZEK, J. S. Grounding Ecological Democracy: Semiotics and the Communicative Networks of Nature. *Environmental Values*, Thousand Oaks, CA v. 30, n. 4, p. 407-429, 2020. DOI: 10.3197/096327120X16076972519089.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 55, p. 203-229, 2011.

SEILER, C. *Die Diskursethik im Spannungsfeld von Systemtheorie und Differenzphilosophie: Habermas, Luhmann, Lyotard*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

WARREN, M. E.; PEARSE, H. (ed.). *Designing Deliberative Democracy: The British Columbia Citizens' Assembly*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WINNER, L. Artefatos têm política? *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017.

Sobre o autor

Maurício Liesen é Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP) e coordenador do COMMUNIS (Grupo de Pesquisa em Teoria e Filosofia da Comunicação e dos Meios). Doutor em Ciências da Comunicação pela USP (2014), mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2010). E-mail: mauricio.liesen@utp.br.

Data de submissão: 03/04/2023

Data de aprovação: 27/09/2023